

gm  
15/4/96 A-3  
205

# Madeirasas asiáticas na Amazônia

*"Tenho vontade de ajoelhar-me e orar sempre que visito a floresta amazônica."*

Edward Wilson, biólogo da Universidade de Harvard

Em razão da natureza do tema, vale uma ressalva inicial. Não nos move, em sua apreciação, nenhum sentimento de xenofobia, de nacionalismo exacerbado ou de antipatalismo. Tencionamos trazer ao conhecimento público e ao debate alguns aspectos conflitantes entre o desenvolvimento da Amazônia – que todos desejamos – e a necessidade de manter seu equilíbrio ecológico, objetivo maior da humanidade neste final de milênio. Desse aparente conflito, derivamos os contornos de um cenário geopolítico passível de concretizar-se nas próximas décadas.

A Amazônia é uma área estratégica de interesse planetário e a preservação de sua ecologia é uma preocupação universal. Qualquer deslize do Brasil, o maior co-proprietário dessa imensa região natural, levará inexoravelmente as nações do Primeiro Mundo, diretamente ou através da ONU, a ações com vistas a um controle internacional que garanta a integridade dos seus ecossistemas para assegurar a saúde do planeta. Tais ações poderão tornar-se reais já no início do novo século, caso seja ameaçada a sobrevivência de um grande número de espécies biológicas, dentre as quais a própria espécie humana.

A "Hipótese Gaia" de James Lovelock, lançada nos anos 80, hoje elevada ao "status" de teoria científica, considera que a Terra é um organismo vivo, formado pela interação de milhões de espécies, integradas simbolicamente ao ambiente planetário, constituindo ecossistemas complexos de inestimável importância ao metabolismo terrestre.

Queiramos ou não, o conservacionismo será a ideologia do século XXI. Na contramão dessa tendência da História, surgiu nas últimas décadas um grupo

**Grupos que destruíram as matas da Indonésia, Filipinas, Tailândia, Birmânia e Malásia já estão na maior floresta pluvial do mundo**

de empresários madeireiros originários do Sudeste da Ásia, particularmente da Malásia, que ao longo das últimas décadas vem dando cabo das florestas naturais restantes no mundo. Tais empresários, provavelmente com apoio financeiro e tecnológico de grupos compradores de madeiras tropicais sediados em outros países, já destruíram as florestas da Indonésia, Tailândia, Birmânia, Filipinas e da própria Malásia.

Esses empresários, ao longo do tempo, foram aperfeiçoando as técnicas de exploração florestal e hoje possuem a mais avançada tecnologia de extração madeireira disponível no mundo.

Qual gafanhotos em busca de novas plantações, estão chegando à América do Sul, onde se encontra a maior floresta pluvial ("rain forest") com a maior biodiversidade e o maior banco de material genético do planeta – a Amazônia. Começaram pelas bordas, atacando a hiléia a partir das Guianas.

Comenta-se que somente uma das empresas do grupo possui 2 mil tratores – espécie de metáfora que exprime o grau do seu poder predatório.

No presente momento, estão dando passos concretos para atuar na Amazônia brasileira através da compra de empresas existentes e da aquisição de grandes glebas. Tudo leva a crer que iniciarão suas atividades pelo Estado do Amazonas. O Amazonas apresenta o menor índice de desmatamento (menos de 2%), grande riqueza de essências nobres e tem os maiores vazios demográficos, além de oferecer uma legislação de incentivos fiscais ao setor madeireiro.

São empresas pesadamente capitalizadas e munidas da melhor tecnologia de exploração florestal – com enorme capacidade financeira para constituir "lobbies" poderosos para defender seus interesses – que pouco ou nenhum benefício trarão para a economia amazônica.

A floresta é um valioso patri-

Ronaldo Bonfim \*



mônio natural, mas a coleta pura e simples de madeiras nobres não trará impactos apreciáveis na formação da renda regional, pois é uma atividade que localmente agrega pouquíssimo valor. A esses empresários alienígenas será transferida, através de lucros – que provavelmente não serão rein-

vestidos no Brasil –, uma herança de valor inestimável que nos foi legada por nossos antepassados. Para se ter uma idéia numérica da riqueza madeireira do Amazonas, basta que se leve em conta o seguinte cálculo: a área do estado é de 1,5 milhão de quilômetros quadrados ou 150 milhões de hectares; nas atuais condições de mercado, estima-se que a floresta detenha 30 metros cúbicos de madeiras comercializáveis por hectare, o que dá um potencial para o Amazonas de 4,5 bilhões de metros cúbicos de madeira bruta (em tora). A um valor médio entre 50 e 70 dólares o metro cúbico, chega-se a uma cifra entre 225 e 315 bilhões de dólares, que poderá elevar-se consideravelmente em decorrência da ampliação do nível de beneficiamento e industrialização.

A propriedade da Amazônia permanecerá como direito inerente à nossa soberania, na medida em que tivermos a necessária competência e responsabili-

dade para desenvolvê-la sem agredir a ecologia, que se encontra sob intensa vigilância mundial. Causam-nos preocupação as repercussões internacionais da ação predatória que esses empresários poderão infligir ao meio ambiente. Os péssimos antecedentes de sua atuação na Ásia não constituem boa recomendação para o que eventualmente farão na América do Sul no que diz respeito à conservação da natureza. Estará criado o clima ideal para trazer de volta à tona a velha questão da "internacionalização da Amazônia".

**A propriedade da Amazônia só será nossa se tivermos competência para desenvolvê-la sem agredir a ecologia**

Há maneiras sutis de tirar-nos o poder decisório sobre o aproveitamento dos recursos naturais da região, sem nenhum tipo de ação armada. As Nações Unidas, por exemplo, poderiam votar a criação de um "Comitê de Conservação Ambiental da Amazônia", de interesse planetário, integrado por membros representativos das nações condôminas dessa gigantesca área natural, sob tutela da própria ONU ou das nações que formam o Grupo dos Sete (G-7). Tudo de forma pacífica, certamente consensual, sob a égide do desenvolvimento científico e da defesa da Terra, de modo a assegurar proteção ambiental e benefício das futuras gerações.

Embora a legislação brasileira relacionada à conservação da natureza seja razoavelmente avançada, não existem meios nem recursos suficientes para fiscalizar e assegurar seu cumprimento, especialmente em um território com as dimensões e o vazio demográfico da Amazônia.

Se permitirmos que esses poderosos predadores ponham suas garras na região sem um controle eficaz de suas ações, estaremos criando as precondições para a geração de graves problemas no âmbito das relações internacionais, que poderão culminar com a perda da soberania sobre essa imensa área. É ilusão ou má-fé alimentar a crença de que a extração madeireira generalizada, com técnicas modernas capital-intensivas (serras motorizadas e helicópteros ou dirigíveis para transporte das toras), não afetará a integridade dos ecossistemas. A floresta é um complexo biológico associativo que interage de forma extremamente sofisticada.

Lamentavelmente, ao discriminar e prejudicar a atividade normal da Zona Franca de Manaus (ZFM) – um modelo de desenvolvimento absolutamente "limpo" no que tange ao meio ambiente, como ficou demonstrado ao longo dos 29 anos de sua existência –, o governo federal está contribuindo, de forma expressiva, para a materialização desse cenário. ■

\* Economista, com mestrado na Universidade de Vanderbilt (EUA), consultor de empresas e assessor da presidência da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas.